

Válter Kenji Ishida

PROCESSO PENAL

9^a Edição

Revista, atualizada e ampliada

2021



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

179p Ishida, Válder Kenji.
Processo penal / Válder Kenji Ishida – 9. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: JusPodivm,
2021.
976 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-339-5

1. Direito processual penal. I. Ishida, Válder Kenji. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL	27
1.1 O Direito de Punir (<i>jus puniendi</i>) (latim: <i>jus</i> = direito; <i>puniendi</i> : punição).....	27
1.2 A pena e o direito de liberdade	29
1.3 A lide penal	31
1.4 Conceito de processo	33
1.5 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	35
1.5.1 Relação com as demais ciências.....	36
1.5.2 Processo penal brasileiro	37
1.6 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal	39
1.7 Autonomia do Direito Processual Penal.....	40
1.8 Fontes das normas processuais penais.....	41
1.9 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	49
1.9.1 Integração do processo penal.....	49
1.9.1.1 Analogia.....	50
1.9.2 Hermenêutica processual penal.....	51
1.9.3 Modalidades (formas) de interpretação.....	53
1.9.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	53
1.9.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo	54
1.9.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado.....	55
1.9.3.4 Interpretação analógica	58
1.9.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia) .	59
1.10 Sistemas processuais penais.....	60
1.10.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo	62
1.10.2 Sistema acusatório.....	63
1.10.3 Sistema misto	64

1.10.4	Processo penal brasileiro.....	65
1.10.5	Testes.....	66
2.	NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	69
2.1	Conceito e classificações da norma processual penal.....	69
2.1.1	Elementos da norma processual penal.....	69
2.1.2	Espécies de normas processuais penais.....	73
2.2	Caracteres da norma processual penal.....	74
2.2.1	Norma processual penal no tempo.....	74
2.2.2	Norma processual no espaço.....	82
2.3	Testes.....	84
3.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL.....	85
3.1	Conceito.....	85
3.2	A Constituição e o processo penal.....	85
3.3	Princípios processuais penais.....	87
3.4	Garantias constitucionais.....	100
3.5	Testes.....	105
4.	INQUÉRITO POLICIAL.....	107
4.1	Persecução penal.....	107
4.1.1	Conceito de persecução.....	107
4.1.2	Polícia judiciária.....	108
4.2	Inquérito Policial.....	111
4.2.1	Finalidade do inquérito policial.....	112
4.2.2	Inquéritos extrapoliciais.....	113
4.2.3	Atribuição do inquérito policial.....	119
4.2.4	Dispensabilidade do inquérito policial.....	135
4.2.5	Natureza do inquérito policial (características).....	136
4.2.6	Incomunicabilidade do indiciado.....	144
4.2.7	<i>Notitia criminis</i>	145
4.2.8	Início do inquérito policial.....	150
4.2.8.1	Instauração por meio de requisição.....	150
4.2.8.2	Instauração por meio de requerimento.....	151
4.2.8.3	Portaria.....	151
4.2.8.4	<i>Delatio criminis</i>	152
4.2.8.5	Requisição do Ministro da Justiça.....	152
4.2.8.6	Inquérito policial nos crimes de ação penal privada.....	153

4.2.8.6-A	Investigação das pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função.....	153
4.2.8.6-B	Infiltração de agente policial em crimes relacionados à pedofilia e cometidos por organização criminosa.....	155
4.2.8.7	Diligências no inquérito policial.....	157
4.2.8.8	Auto de prisão em flagrante	171
4.2.9	Prazos, relatório e pedido de diligências.....	172
4.2.10	Encerramento e o arquivamento do inquérito	176
4.2.11	Testes	195
5.	AÇÃO PENAL.....	197
5.1	Conceito de ação penal.....	197
5.2	Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade).....	200
5.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	202
5.2.2	Interesse de agir.....	206
5.2.3	Possibilidade jurídica do pedido	208
5.2.4	Justa causa	210
5.2-A	Pressupostos processuais.....	211
5.3	Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional	211
5.4	Classificação subjetiva da ação penal	211
5.5	Ação penal pública incondicionada.....	212
5.5.1	Princípios da ação penal pública.....	212
5.6	Início da ação penal pública.....	230
5.7	Ação penal pública condicionada.....	234
5.7.1	Legitimidade para representação	236
5.7.2	Requisição do Ministro da Justiça	238
5.7.3	Ação penal pública subsidiária da pública	238
5.7.4	Ação penal popular	239
5.7.5	Ação penal secundária	239
5.7.6	Ação penal adesiva.....	240
5.7.7	Ação de prevenção penal	240
5.8	Ação penal privada	240
5.8.1	Princípios.....	241
5.8.2	Legitimidade <i>ad causam e ad processum</i>	243
5.8.3	Prazo para o exercício da ação penal privada	244
5.9	Forma de identificação da ação penal	244
5.10	Ação civil	245
5.11	Testes.....	247

6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	249
6.1 Jurisdição.....	249
6.1.1 Elementos da jurisdição.....	251
6.1.2 Conteúdo da jurisdição.....	251
6.1.3 Princípios sobre a jurisdição (<i>iurisdictio</i>)	251
6.1.3.1 <i>Ne procedat iudex ex officio</i> (princípio da iniciativa das partes).....	251
6.1.3.2 Correlação ou relatividade ou princípio da imutabilidade do pedido (<i>Ne procedat iudex ultra petita, extra petita et citra petita</i>).....	252
6.1.3.3 Indeclinabilidade da jurisdição.....	253
6.1.3.4 Indelegabilidade da jurisdição.....	253
6.1.3.5 Princípio da identidade física do juiz.....	253
6.1.3.6 Inevitabilidade e substitutividade da jurisdição....	254
6.1.3.7 Juiz natural.....	254
6.1.3.8 Investidura.....	255
6.1.3.9 Improrrogabilidade	256
6.1.3.10 Unidade	256
6.1.4 Classificações	256
6.1.5 Características.....	257
6.2 Competência	257
6.2-A Competência material e competência funcional	258
6.2-B Prorrogação, delegação e desaforamento	258
6.2-C Definição da competência.....	259
6.2-D Juízo comum, especial e subsidiário.....	260
6.2-E Competência absoluta e relativa.....	261
6.2.1 Competência em razão do lugar da infração	261
6.2.2 Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, caput, do CPP).....	268
6.2.3 Competência pela qualidade do delito (art. 74).....	269
6.2.4 Competência por distribuição	281
6.2.5 Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	282
6.2.6 Competência em razão da prerrogativa de função.....	283
6.2.7 Conexão e continência.....	290
6.2.7.1 Conexão.....	292
6.2.7.1.1 Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP).....	292
6.2.7.1.2 Outras formas de conexão	294
6.2.7.2 Continência (art. 77, I e II, do CPP).....	297
6.2.7.3 Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP)	299

6.2.7.4	União facultativa dos processos (art. 80 do CPP).....	307
6.2.7.5	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (art. 81 do CPP).....	308
6.2.7.6	Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	308
6.2.7.7	Conflito de competência	308
6.3	Testes.....	310
7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES		313
7.1	Questões prejudiciais.....	313
7.1.1	Classificação	314
7.1.1.1	Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas)	314
7.1.1.2	Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	315
7.1.1.2.1	Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta)	315
7.1.1.2.2	Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão)	315
7.2	Exceções	316
7.2.1	Hipóteses de exceção.....	317
7.3	Restituição de coisas apreendidas	320
7.4	Medidas assecuratórias	330
7.4.1	Sequestro	331
7.4.1.1	Embargos ao sequestro.....	333
7.4.2	Especialização da hipoteca legal e arresto.....	334
7.4.2.1	A especialização da hipoteca legal	334
7.4.2.2	Arresto.....	335
7.5	Incidente de falsidade.....	336
7.6	Incidente de insanidade mental do acusado.....	337
7.7	Testes.....	339
8. PROVA		341
8.1	Teoria geral da prova. Conceito.....	341
8.2	Objetivo (escopo) da prova.....	342
8.3	Objeto	342
8.3.1	Fatos que independem de prova.....	343
8.3.2	Fatos que dependem de prova.....	345
8.3.3	Prova do direito (a lei).....	346
8.3.4	Prova proibida	346

	8.3.4.1	Provas ilícitas.....	347
	8.3.4.2	Teoria dos frutos da árvore envenenada	352
	8.3.4.3	A prova ilícita por derivação	353
	8.3.4.4	Interceptação telefônica	360
	8.3.4.5	Provas ilegítimas.....	382
	8.3.5	Inviolabilidade do advogado.....	383
8.4		Classificação da prova quanto ao objeto	385
	8.4.1	Direta ou histórica	385
	8.4.2	Indireta ou crítica	385
8.5		Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	385
	8.5.1	Prova plena	385
	8.5.2	Prova não plena	385
8.6		Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa	386
	8.6.1	Prova real (coisa)	386
	8.6.2	Prova pessoal	386
8.7		Classificação da prova quanto à forma ou aparência	386
	8.7.1	Prova pessoal	386
	8.7.2	Prova documental.....	387
	8.7.3	Prova material	387
8.8		Meios de prova	387
	8.8.1	Restrições aos meios de provas (arts. 155 e 158 do CPP) e produção de provas ilícitas ou ilegítimas	389
8.9		Ônus da prova (art. 156 do CPP).....	390
	8.9.1	Conceito	390
	8.9.2	Encargo do ônus da prova (<i>onus probandi</i> – incumbe a quem fizer – CPP, art. 156, 1ª parte).....	390
8.10		Procedimento probatório	392
8.11		Prova emprestada	392
8.12		Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”).....	393
8.13		Sistemas de apreciação.....	393
	8.13.1	Sistema ordálio (ou da prova legal)	393
	8.13.2	Sistema da certeza moral do juiz (ou da íntima convicção).....	393
	8.13.3	Sistema da certeza moral do legislador (ou sistema da prova legal).....	394
	8.13.4	Sistema da livre convicção (ou do livre convencimento).....	394
8.14		Princípios gerais das provas.....	396
	8.14.1	Princípio da autorresponsabilidade	396
	8.14.2	Princípio da prova contraditória	396
	8.14.3	Princípio da aquisição ou comunhão da prova.....	396
	8.14.4	Princípio da oralidade.....	396

8.14.5	Princípio da concentração	396
8.14.6	Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX, da CF)	397
8.14.7	Princípio do livre convencimento motivado	397
8.14.8	Princípio da busca da verdade real	398
8.15	Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP)	398
8.15.1	Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP)	398
8.15.1.1	Conceito	398
8.15.1.2	Realização da perícia	398
8.15.1.3	Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP)	399
8.15.1.3.1	Conceito	399
8.15.1.3.2	Lesão corporal e outras hipóteses ...	406
8.15.1.3.3	Exame de corpo de delito direto	410
8.15.1.3.4	Exame de corpo de delito indireto ...	411
8.15.1.3.4.1	Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal	411
8.15.1.3.5	Realização do exame de corpo de delito	413
8.15.2	Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP)	414
8.15.3	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP)	424
8.15.3-A	Colaboração premiada ou delação premiada	427
8.15.4	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP)	446
8.15.5	Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP)	448
8.15.6	Da prova testemunhal	451
8.15.7	Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP)	461
8.15.8	Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP)	462
8.15.9	Dos indícios (art. 239 do CPP)	464
8.15.10	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP)	466
8.16	Teste	474
9.	SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL	475
9.1	Processo e procedimento	475
9.2	Sujeitos principais e secundários	476
9.3	Juiz	477
9.4	Partes no processo penal	482
9.5	Ministério Público	484
9.6	O acusado	487
9.7	Defensor	489

9.8	O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova.....	491
9.9	Teste	493

10. MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA)..... 495

10.1	Processo cautelar	495
10.1-A	Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar.....	498
10.1.1	Conceito de prisão.....	513
10.1.2	Espécies	514
10.1.3	Prisão em flagrante.....	522
10.1.3.1	Conceito.....	522
10.1.3.2	Espécies de flagrante (art. 302 do CPP).....	525
10.1.3.3	Flagrante preparado.....	528
10.1.3.4	Flagrante esperado	529
10.1.3.5	Flagrante diferido ou flagrante e ação controlada....	529
10.1.3.6	Flagrante forjado ou fabricado	530
10.1.3.7	Flagrante nos crimes habituais, permanentes, nas infrações de menor potencial ofensivo e no caso de violência doméstica contra a mulher	530
10.1.3.7-A	Prisão em flagrante e domicílio	531
10.1.3.8	Auto de prisão em flagrante	532
10.1.4	Prisão preventiva	535
10.1.5	Prisão temporária	555
10.1.6	Prisão por decisão de pronúncia	557
10.1.7	Prisão por força de sentença condenatória recorrível	559
10.1.8	Prisão após o julgamento da apelação	564
10.1.9	Prisão domiciliar	565
10.2	Liberdade provisória com ou sem fiança.....	570
10.2.1	Crimes com a fiança dispensada.....	571
10.2.2	Crimes com arbitramento de fiança.....	571
10.2.3	Crimes inafiançáveis	573
10.3	Testes.....	577

11. ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES 581

11.1	Atos processuais – noções	581
11.2	Citação (arts. 351 a 369 do CPP).....	589
11.2.1	Conceito	589
11.2.2	Modalidades	590
11.2.2.1	Citação real e citação ficta.....	590

11.2.2.2	Citação por mandado (do próprio juízo).....	594
11.2.2.3	Citação por carta precatória.....	594
11.2.2.4	Citação por carta rogatória.....	594
11.2.2.5	Efeitos da citação	595
11.3	Intimações.....	597
11.3.1	Intimação pessoal.....	598
11.4	Revelia	600
11.4.1	Revelia no plenário do júri (art. 457 do CPP)	601
11.5	Outros aspectos dos atos processuais.....	601
11.6	Testes.....	605
12.	PROCEDIMENTOS.....	607
12.1	Introdução.....	607
12.2	Procedimento ordinário	613
12.2.1	Anotações ao procedimento em geral.....	615
12.2.1.1	Atos processuais do procedimento ordinário.....	616
12.3	Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP)	630
12.4	Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP)	636
12.5	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal	640
12.5.1	Procedimento do júri	641
12.5.2	Procedimento dos crimes falimentares	689
12.5.3	Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518, do CPP).....	690
12.5.4	Procedimento nos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	693
12.5.5	Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP)	696
12.5.6	Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP).....	698
12.6	Procedimentos previstos na legislação especial.....	698
12.6.1	Tóxicos.....	699
12.6.2	Procedimento nos crimes de competência dos tribunais.....	700
12.7	Testes.....	704
13.	SENTENÇA.....	707
13.1	Teoria geral da sentença	707
13.1.1	Classificação dos atos judiciais.....	707
13.1.2	Requisitos formais da sentença	710
13.1.3	Sentença absolutória.....	712
13.1.4	Sentença condenatória	717

13.1.5	Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação).....	744
13.1.5.1	<i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP)	745
13.1.5.2	<i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP).....	748
13.1.6	Pedido de absolvição do MP	753
13.1.7	Sentença terminativa de mérito	754
13.1.8	Sentença concessiva do perdão judicial	754
13.1.9	Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias	754
13.1.10	Absolvição sumária do art. 397 do CPP.....	755
13.1.11	Reparação <i>ex delicto</i>	756
13.1.12	Publicação da sentença.....	759
13.2	Coisa julgada.....	763
13.3	Testes.....	765
14.	RECURSOS	767
14.1	Teoria geral dos recursos	767
14.2	Recurso em sentido estrito (Rese)	788
14.2-A	Agravo de instrumento	797
14.3	Apelação	798
14.4	Protesto por novo júri (revogado pela Lei nº 11.689/2008).....	810
14.5	Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios	811
14.5.1	Embargos infringentes e de nulidade.....	811
14.5.2	Embargos de declaração	812
14.6	Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP)	813
14.7	Correção parcial	814
14.8	Recurso especial.....	815
14.9	Recurso extraordinário.....	821
14.10	Recurso ordinário constitucional (ROC).....	826
14.10-A	Agravo regimental	826
14.10-B	Reclamação	827
14.11	Ações de impugnação.....	828
14.11.1	Revisão criminal	828
14.11.2	<i>Habeas corpus</i>	833
14.11.3	Mandado de segurança criminal.....	843
14.12	Testes.....	849
15.	NULIDADES	851
15.1	Introdução.....	851

15.2	Nulidade e relação processual	852
15.2.1	Pressupostos de existência da relação jurídica	853
15.2.2	Pressupostos de validade da relação jurídica	853
15.2.3	Condições da ação ou condições de procedibilidade.....	853
15.2.4	Atos processuais.....	855
15.3	Conceito de nulidade	855
15.3.1	Natureza jurídica	855
15.4	Sistema de nulidades	856
15.5	Classificação dos atos processuais	859
15.5.1	Ato inexistente	859
15.5.2	Ato nulo.....	861
15.5.2.1	Nulidade absoluta e relativa.....	862
15.5.3	Ato anulável.....	864
15.5.4	Ato irregular.....	864
15.5.5	Classificação segundo a jurisprudência (prática)	865
15.5.6	Hipótese	865
15.5.6.1	Carta precatória	865
15.6	Inadmissibilidade da <i>revisio pro societate</i>	865
15.7	Momento de arguição e preclusão	866
15.7.1	Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição.....	866
15.8	O princípio <i>pas de nullité sans grief</i>	868
15.8.1	Aplicação do princípio na hipótese de inversão da ordem de realização das provas	869
15.9	Nulidades em espécie (art. 564 do CPP).....	870
15.9.1	A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	870
15.9.2	A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP)	872
15.9.3	Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP)	873
15.10	Vedação da admissão da nulidade.....	885
15.11	Saneamento e efeitos.....	886
15.12	Testes.....	888
16.	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	889
16.1	Escopo da execução penal.....	889
16.2	Requisitos para a execução da pena	889
16.3	Natureza do processo de execução.....	892
16.4	Princípios do processo de execução penal.....	892
16.4.1	Princípio da legalidade	893
16.4.2	Princípio do contraditório e da ampla defesa	893
16.4.3	Princípio da individualização da pena.....	893

16.4.4	Princípio da isonomia	894
16.4.5	Princípio da personalização da pena	894
16.4.6	Princípio reeducativo	894
16.4.7	Princípio da publicidade.....	894
16.5	Competência da execução penal.....	894
16.6	Direitos garantidos na execução da pena.....	896
16.7	Suspensão dos direitos políticos.....	897
16.8	Cumprimento da pena privativa de liberdade.....	897
16.9	Guia de recolhimento	898
16.10	Regime de pena e progressão	898
16.10.1	Prisão albergue domiciliar.....	923
16.10.2	Regressão de regime	924
16.11	Livramento condicional (arts. 83 a 90 do CP).....	925
16.12	Autorização de saída	935
16.13	Remição.....	937
16.14	Detração.....	942
16.15	Penas restritivas de direito	944
16.16	Multa.....	944
16.17	Medidas de segurança	952
16.18	Incidentes da execução.....	954
16.19	Agravo em execução.....	955
16.20	Assistência jurídica pela Defensoria	957
16.21	Testes.....	958
BIBLIOGRAFIA.....		961